

Balanço do Plano de Implementação da Política de Responsabilidade Social e Ambiental (PRSA)

2018-2020

OBJETIVO

Este documento tem como objetivo apresentar informações quanto aos avanços e desafios na execução do Plano Plurianual de Implementação e Monitoramento da Política de Responsabilidade Social e Ambiental 2018-2020 (Plano PRSA 2018-2020), que abarcou o período que vai de sua aprovação pelo Conselho de Administração, em 2018, até o fim de 2020.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 10 de maio de 2018, o Conselho de Administração do BNDES aprovou o Plano PRSA 2018-2020. Trata-se do segundo ciclo trienal de ações dedicadas ao tema socioambiental desde a criação da Política de Responsabilidade Social e Ambiental (PRSA) do Sistema BNDES, em 2010, e o estabelecimento da Resolução CMN 4.327, em 2014.

O período de execução desse plano corresponde à época com maior número de transições na gestão do BNDES desde o estabelecimento da PRSA. Nesses três anos, foram quatro mudanças na Presidência do Banco, além de uma transição de gestão na Presidência da República. Cabe ressaltar que mudanças na alta gestão frequentemente resultam em modificações na estrutura organizacional da instituição e, por vezes, conforme ocorrido nesse período, na extinção ou fusão de unidades importantes para a atuação socioambiental do BNDES.¹ Outro efeito das reestruturações organizacionais foi a migração de atribuições entre equipes, que teve como consequência a necessidade de reconhecer novos pontos focais para as atividades previstas e de realizar alinhamentos e repactuações frequentes. Esses fatos, apesar de terem impactado a execução do Plano PRSA 2018-2020, alterando os resultados alcançados, não inviabilizaram a realização de ações para o incremento da agenda, conforme será destacado nesta seção.

Cabe ressaltar que a existência de uma agenda de trabalho de médio prazo (abarcando período superior a um ano), pactuada entre as equipes e a alta administração, foi instrumento de gestão importante para a continuidade da atuação no tema, apesar das mudanças observadas no período. O Plano PRSA 2018-2020 serviu como um parâmetro de orientação para o trabalho, mantendo o alinhamento interno, que garantiu avanços

¹ Destacam-se como exemplo: a extinção da Área de Comunicação e Relacionamento Institucional e do Departamento de Prioridades na Área de Planejamento Estratégico (este último tinha entre suas atribuições a classificação da categoria de risco socioambiental ABC das operações de crédito); e a fusão do Departamento de Meio Ambiente – responsável pela agenda institucional de responsabilidade socioambiental e pela gestão de operações socioambientais, em especial com recursos do BNDES Fundo Social e da linha ISE – com o Departamento do Fundo Amazônia, dedicado à gestão das operações com recursos do fundo e à agenda de relação institucional e secretariado do Comitê Orientador do Fundo Amazônia.

e entregas relevantes no período relatado, e enfatizando a importância de uma agenda de médio e longo prazo para a consecução dos objetivos previstos na própria PRSA.

É importante destacar ainda que o último ano de realização do Plano PRSA 2018-2020 foi marcado pelo início da situação de contingência decorrente da pandemia de Covid-19. Isso também impactou de forma negativa a execução do plano, dado que muitas equipes tiveram seus esforços direcionados para a elaboração de soluções que contribuíssem para o enfrentamento da pandemia, tais como o fortalecimento do sistema de saúde e a manutenção das atividades econômicas.

Por outro lado, durante o período de execução do Plano PRSA 2018-2020, ocorreram também mudanças no direcionamento da atuação do BNDES, formalizadas por meio do Plano Trienal 2020-2022 – que define estratégias e anuncia grandes entregas do Banco, relacionadas por sua vez aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).² Das 15 entregas previstas nesse plano para o desenvolvimento do Brasil, dez estão diretamente relacionadas à atuação tradicional no segmento de concessão de crédito e cinco representam o fortalecimento da atuação no segmento de serviços, incluindo a estruturação de projetos (fábrica de projetos). A mudança estratégica se traduziu também em uma redução significativa das atividades de apoio à exportação e no fortalecimento do apoio interno para ações voltadas ao desenvolvimento sustentável do país, conforme emblemática declaração do presidente do BNDES, em 2020, de que a instituição deveria se tornar um “banco verde”.

Destacam-se alguns efeitos positivos resultantes desse fortalecimento da agenda ambiental, social e de governança (ASG): a Área de Planejamento Estratégico (AP) passou a ter uma gerência do Departamento de Planejamento e Governança dedicada ao tema sustentabilidade, e o antigo Departamento de Estratégia de Fomento e Originação de Negócios teve sua atuação redirecionada para exercer atividades de relacionamento e fomento à agenda ASG com o setor corporativo, passando a se chamar Departamento de Relacionamento de Impacto com o Setor Corporativo (DECORP). Foi criado ainda o Departamento de Relacionamento com Investidores (DERI), que apesar de não ter suas atividades diretamente relacionadas à agenda de sustentabilidade, tem sido uma unidade importante para a escuta e a relação do Banco com investidores externos e o acompanhamento de agendas internacionais para a adoção de *ratings* socioambientais com agências externas. Além disso, em 2020, foi criado um Subcomitê de Sustentabilidade no Conselho de Administração, responsável por acompanhar e por emanar orientações estratégicas sobre o

² Os ODS propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) são um conjunto de 17 objetivos estratégicos para o atingimento da Agenda 2030 e representam compromissos dos 193 países-membros. Trata-se de um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030.

tema, concomitantemente à integração de novos conselheiros ligados à temática ASG no próprio conselho.

Nesse contexto, durante o processo de elaboração do plano de negócios para o triênio 2021-2023, ficaram evidentes a relevância da agenda ASG e a pertinência de alavancar entregas relacionadas a esse tema a partir da estruturação de um projeto corporativo. Assim, foi aprovado para execução ao longo de 2021 o Projeto Corporativo BNDES ASG (P3), envolvendo entregas relacionadas a processos, políticas, efetividade, governança, pessoas e cultura, e comunicação. O projeto busca essencialmente aprofundar a incorporação da sustentabilidade nas práticas de negócios do BNDES de forma que a instituição possa atingir, em última análise, uma posição de referência como banco de desenvolvimento na agenda socioambiental.

O P3 representa, portanto, uma transição entre planos de trabalho plurianuais da PRSA do BNDES, durante a qual a instituição está mobilizada para superar os obstáculos enfrentados para a implementação de alguns avanços previstos nos anos anteriores. O desenvolvimento do próximo plano plurianual para aprimoramentos da implantação da PRSA é uma das entregas previstas nesse projeto corporativo.

SOBRE O PLANO

O Plano PRSA 2018-2020 foi concebido com base em três premissas: (i) consistência, coerência e continuidade em relação ao Plano Plurianual 2015-2017; (ii) incorporação de novos desafios: mudanças climáticas e ODS; e (iii) comunicação simplificada e integrada. O resultado foi a elaboração de uma ferramenta de gestão para guiar as ações socioambientais do BNDES estruturada em três objetivos e em um eixo transversal para governança, descritos a seguir.

Figura 1 – Estrutura do Plano PRSA 2018-2020



1. Sustentabilidade como atuação estratégica e dimensão de efetividade:

esse objetivo buscou fortalecer o apoio do Banco à implementação dos ODS e das contribuições nacionalmente determinadas (*nationally determined contributions* – NDC,³ na sigla em inglês) por meio da formalização de compromissos públicos e metas de impacto, da avaliação de efetividade das operações e da internalização dessa agenda na cultura da organização, além da estruturação de produtos com foco em desenvolvimento sustentável e de mecanismos para captação de recursos “verdes”.

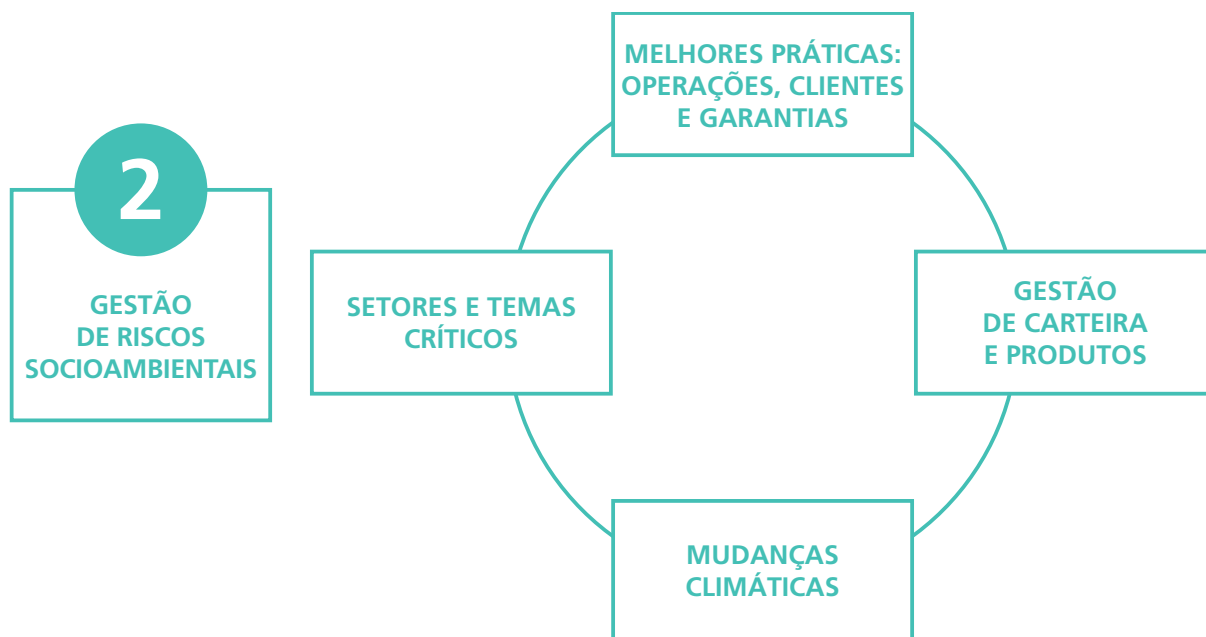
Figura 2 – Atuação estratégica e efetividade



2. Estruturação da gestão de riscos socioambientais do BNDES: com a finalidade de aperfeiçoar o sistema de gestão socioambiental da instituição à luz de referências internacionais para a atuação do setor financeiro, o segundo objetivo compreendeu ações para o aprimoramento da análise e do acompanhamento socioambiental em setores e temas críticos; a adoção de melhores práticas para operações, clientes e análise de garantias; a adoção de melhorias na gestão de riscos da carteira; e a integração da dimensão climática na análise de operações e do portfólio da instituição.

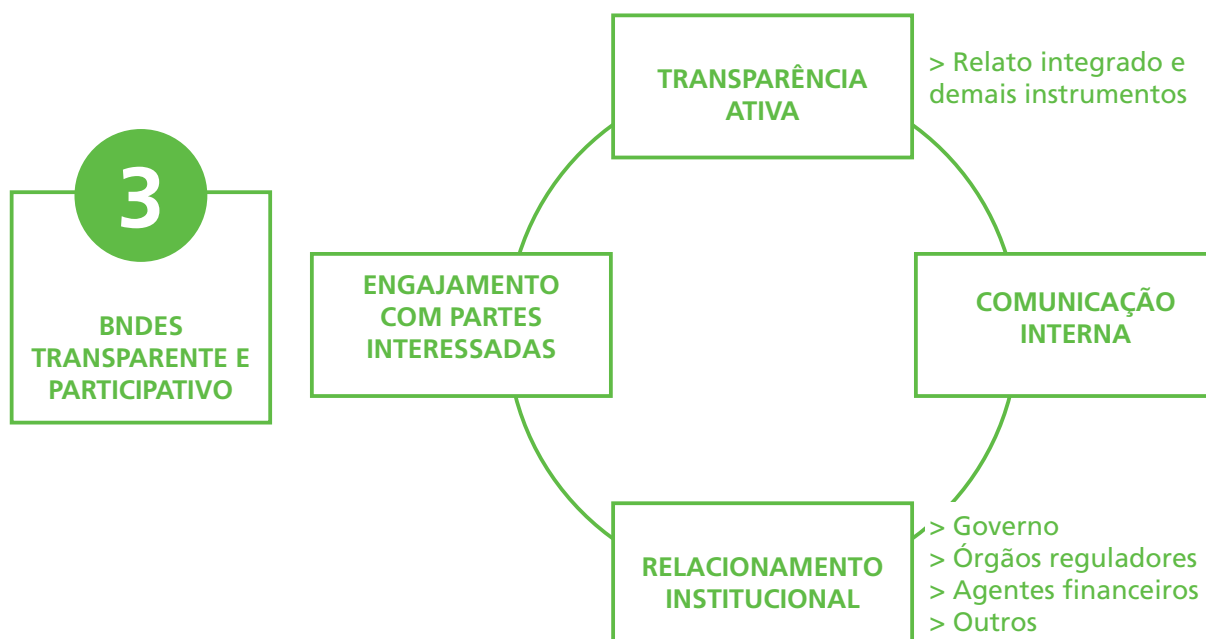
³ NDC é a sigla em inglês para contribuição nacionalmente determinada. No âmbito do Acordo de Paris, tratado internacional com o objetivo de reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEE) e, assim, combater o aumento da temperatura terrestre além de 1,5°C até o final do século XXI, os países signatários apresentaram suas metas de redução de emissão de GEE, isto é, suas NDC. A NDC brasileira de 2015 estabelece que o país deve reduzir suas emissões em 37% até 2025 e 43% até 2030, em relação às emissões de 2005. Além disso, em 2021, o Brasil se comprometeu ainda a ampliar sua ambição para 50% de redução até 2030 e para alcançar emissões líquidas neutras até 2050, ou seja, tudo que o país emitir deverá ser compensado com fontes de captura de carbono, como plantação de florestas, recuperação de biomas ou outras tecnologias.

Figura 3 – Gestão de riscos socioambientais



3. Maior transparência e engajamento com a sociedade: composto por ações voltadas ao fortalecimento da comunicação interna e externa sobre a atuação socioambiental do Banco, inclusive no que se refere ao *disclosure* de informações climáticas, o terceiro objetivo compreendeu ainda iniciativas com foco no relacionamento institucional com partes interessadas, buscando maior protagonismo do BNDES na agenda da sustentabilidade, e a implementação da revisão da PRSA com envolvimento de públicos de interesse, em linha com as obrigações da Resolução CMN 4.327/2014.

Figura 4 – BNDES transparente e participativo



Governança para a sustentabilidade

Finalmente, para viabilizar o avanço nesses três objetivos, o Plano PRSA 2018-2020 previa um conjunto de ações associadas à governança para a sustentabilidade, compreendendo a revisão de papéis e responsabilidades de unidades fundamentais e de colegiados na temática, sendo, portanto, transversal aos demais eixos.

A maior parte das ações contidas no plano dão continuidade a entregas previstas no plano do ciclo anterior, referente ao período de 2015 a 2017. Para o triênio 2018-2020, foram incluídas quatro ações,⁴ todas relacionadas à incorporação dos ODS e às mudanças climáticas.

Balço da implementação do plano PRSA 2018-2020

A seguir, são apresentados os principais avanços obtidos e os desafios ainda remanescentes em cada frente de trabalho, além das dificuldades encontradas na implementação do Plano PRSA 2018-2020.

OBJETIVO 1: ATUAÇÃO ESTRATÉGICA E EFETIVIDADE

1. Alinhamento estratégico com os ODS e a NDC brasileira

Para alcançar o alinhamento estratégico com os ODS, as áreas de Gestão Pública e Socioambiental (AGS) e de Planejamento Estratégico (AP) coordenaram atividades, com a participação das áreas operacionais, tratando do apoio financeiro aos setores de indústria, energia, saneamento, transporte, saúde, educação, gestão pública, desenvolvimento urbano, cultura e turismo, resultando na inclusão de referência aos ODS no macroprocesso de gestão da estratégia do BNDES. O esforço foi realizado em duas etapas: primeiro, foi elaborada uma metodologia de análise e priorização dos ODS, com aplicação piloto; em seguida, essa metodologia foi incorporada ao macroprocesso de gestão da estratégia, que é utilizado para realização do planejamento. Com a definição de prioridades estratégicas, a melhoria contínua desse processo garante que o Banco efetivamente cumpra sua missão no papel de promover o desenvolvimento do país e de melhorar a qualidade de vida do brasileiro. Assim, o macroprocesso de gestão da estratégia foi alterado para incluir referência aos ODS na fase

⁴ As quatro novas ações inseridas no plano são: (i) o alinhamento estratégico com os ODS e a NDC brasileira; (ii) a estruturação de produtos com foco em desenvolvimento sustentável e de mecanismos para captação de recursos “verdes”; (iii) a preparação para integração da dimensão climática na análise de operações e na gestão de riscos da carteira; e (iv) a preparação para divulgação de informações financeiras relacionadas à mudança do clima.

de aprendizado estratégico, em que é realizada a análise estratégica da atuação do BNDES.

Como consequência, o ciclo de planejamento estratégico de 2019 incorporou o alinhamento das missões do mapa estratégico e de suas orientações estratégicas aos ODS. Além disso, as entregas para a sociedade definidas no Plano Trienal 2020-2022 (novo instrumento do planejamento estratégico) também foram relacionadas à implementação da Agenda 2030.

Por fim, em 2020, foi concluído o Portal ODS BNDES, página no site do Banco que comunica os desembolsos e os indicadores de resultado das operações da instituição para os 17 ODS. Para isso, foi elaborada uma metodologia de parametrização a fim de identificar a contribuição do Banco para essa agenda.

O alinhamento estratégico com a NDC brasileira permanece um desafio. Apesar disso, na parametrização do ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima) para o portal, buscou-se alinhar os desembolsos e os indicadores de resultados das operações do Banco à NDC, em um primeiro esforço de parametrização da contribuição do BNDES para o Acordo de Paris. Está previsto para o ano de 2021 o aprofundamento desse trabalho, com a criação de metodologia e de uma página no site para apresentar a contribuição do BNDES à NDC do Brasil.

2. Aprimoramento da gestão do desempenho orçamentário, com a inclusão dos ODS e de mudanças climáticas

Também sob coordenação da AGS e da AP, essa entrega se desdobrou em quatro melhorias: (i) revisão dos fluxos de atualização e monitoramento dos indicadores socioambientais que formam os indicadores de economia verde e de desenvolvimento social; (ii) parametrização para medir os desembolsos do BNDES relacionados aos ODS;⁵ (iii) implementação do monitoramento periódico desses novos indicadores, com a apuração dos desembolsos dos ODS atualizada por trimestre, junto com a publicação dos resultados do Banco; e (iv) desenvolvimento de *dashboard* de desempenho para produtos voltados à promoção do desenvolvimento sustentável, com possibilidade de aplicação de filtro para economia verde e desenvolvimento social.

O desafio de aprimorar a gestão do desempenho orçamentário com a inclusão do eixo de mudanças climáticas ainda permanece.

⁵ Com relação aos desembolsos direcionados à NDC, cabe destacar que para o ODS 13 (Ação climática), consideramos os produtos do Banco e os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) aderentes à NDC brasileira.

3. Estruturação de monitoramento e avaliação da efetividade da atuação do BNDES na promoção do desenvolvimento sustentável

O Departamento de Efetividade e Pesquisa Econômica (DEPEC) da AP coordenou a participação de todas as áreas operacionais, que tratam do apoio financeiro aos setores de indústria, energia, saneamento, transporte, gestão pública e socioambiental, para a realização dessa entrega. Foram desenvolvidas tabelas com os indicadores de resultados das operações do BNDES associados aos 17 ODS, por meio da seleção de indicadores dos quadros de resultados das operações aprovadas partir de janeiro de 2017 – ano em que esse instrumento foi implantado. Os quadros de resultado têm o papel de avaliar as entregas concretas à sociedade em termos de efetividade. Os indicadores foram selecionados de modo a garantir o alinhamento entre o que o BNDES comunicará em termos de esforço (desembolso) e as entregas previstas pelas operações (indicadores de resultado).

Como resultado dos avanços na gestão do desempenho e da efetividade do Banco destaca-se o Portal ODS, que demonstra, por região do país, a contribuição dos investimentos financiados pelo BNDES para o atingimento de cada um dos 17 ODS. Sua publicação na página eletrônica do Banco é uma grande conquista relacionada à transparência ativa da instituição na agenda de sustentabilidade. O Portal ODS BNDES foi um esforço conjunto dos departamentos de Planejamento Estratégico, de Efetividade e Pesquisa Econômica e de Inteligência de Negócios e Efetividade da AP, bem como da Área de Tecnologia da Informação, da equipe de comunicação do Gabinete da Presidência, e do Departamento de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia (DEMAF) da AGS.

Adicionalmente, está prevista, no âmbito do Projeto Corporativo BNDES ASG, a elaboração de ferramenta de *scoring* de impacto de operações, bem como a revisão dos indicadores de resultado operacionais para os ODS.

4. Internalização dos temas sustentabilidade e diversidade na cultura da organização

Essa entrega mobilizou focos de atuação em dois temas, sendo inicialmente tratados por equipes diferentes dentro do Banco: sustentabilidade e diversidade.

Os avanços relacionados ao tema sustentabilidade foram coordenados pela AGS e contaram com a participação das áreas responsáveis pela cultura institucional, comunicação interna e ecoeficiência nas instalações do Banco. Essa ação é um exemplo do impacto das mudanças organizacionais na execução do plano, já que todas as áreas participantes passaram por alguma alteração estrutural no período em questão.

As entregas aqui estão relacionadas principalmente às campanhas internas de comunicação. Como exemplo, podemos destacar: (i) o Plano PRSA 2018-2020, com vídeos de executivos; (ii) publicações e boletins de sustentabilidade; (iii) a consulta pública para revisão da PRSA; e (iv) o Relatório Anual do Fundo Amazônia, na intranet.

Foram ainda realizados eventos *on-line* envolvendo tanto o público interno quanto o público externo, com destaque para o *webinar* sobre Finanças Sustentáveis (out. 2020), bem como para a Semana Verde do BNDES e a série BNDES Verde (ambos em out. 2020), disponível no canal do Banco no YouTube.

Além disso, para promover a internalização do tema sustentabilidade na alta administração do BNDES, destaca-se a realização, no primeiro semestre de 2020, de um ciclo de entrevistas com os diretores do Banco. O objetivo foi apresentar diagnóstico sobre o sistema de gestão socioambiental da instituição, bem como coletar as percepções dos executivos sobre o tema, de modo a orientar a construção da visão de futuro do BNDES para a responsabilidade socioambiental. Os debates resultantes dessa atividade foram fundamentais para o estabelecimento do P3, que inclui entregas envolvendo capacitação básica no tema ASG para todos os funcionários e treinamentos específicos para os executivos.

As entregas direcionadas ao tema diversidade foram inicialmente coordenadas por um grupo de trabalho responsável pela gestão da temática de equidade de gênero e raça, formado por uma equipe multidisciplinar com representantes de diversas áreas. Com mudanças de contexto, tais como a extinção do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça pelo Governo Federal e uma reestruturação organizacional no BNDES, a diversidade passou a ser abordada, em 2020, por meio de coordenação conjunta entre a Área de Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional (APEC), em sua dimensão interna, e a AP, em sua dimensão externa.

As principais ações dessa entrega foram: (i) a apresentação interna do balanço das realizações do BNDES em diversidade no escopo do Programa Pró-Equidade de Gênero; e (ii) a revisão da Política de Gênero e Valorização da Diversidade do Sistema BNDES e do plano de trabalho para a sua implementação.

5. Estruturação de produtos com foco em desenvolvimento sustentável e de mecanismos para captação de recursos “verdes”

A execução dessa entrega foi iniciada sob coordenação da AGS e da AP, com a participação das áreas Financeira (AF) e de Mercado de Capitais, Participações e Reestruturação de empresas (AMC). Sua execução, no entanto, superou o planejado, e ao fim desse plano havia um departamento dedicado à busca corporativa por soluções com foco em sustentabilidade.

Destaca-se, nesse período, como entrega estruturante, a conclusão do credenciamento do BNDES no Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund – GCF, na sigla em inglês), um dos maiores fundos globais de combate à mudança do clima, na modalidade mais ampla de acesso direto, na qual estão habilitadas apenas 24 das 88 instituições credenciadas. Nesse contexto, o BNDES vem articulando parcerias com órgãos de governo e organismos multilaterais para a elaboração de programas que viabilizarão, com recursos subsidiados, investimentos voltados à adaptação e mitigação das mudanças do clima no Brasil.

Além disso, foi criada uma frente de ação institucional, em 2020, para o desenvolvimento de soluções ASG, sob coordenação da AGS e do DECORP. Essa iniciativa identificou as prioridades na temática ASG das principais empresas nacionais e mapeou possíveis soluções financeiras a serem ofertadas pelo BNDES, impulsionando o lançamento de algumas delas já em 2020. A continuidade dessa iniciativa, em 2021, se dá por meio da frente de governança de inovações ASG, no âmbito do P3, com o objetivo de estabelecer um processo perene de desenvolvimento de soluções ASG no BNDES.

Nesse contexto, destacam-se entre as soluções lançadas recentemente: (i) a emissão de R\$ 1 bilhão em Letras Financeiras Verdes (LFV), em 2020, na forma de oferta privada aos principais parceiros de negócios do BNDES, com foco em captar recursos no mercado doméstico brasileiro para financiar projetos ambientalmente sustentáveis no setor de geração de energia eólica ou solar, que atingiu demanda superior a R\$ 7 bilhões; (ii) a reformulação, também em 2020, do produto de aquisição de debêntures simples para a inclusão da categoria sustentável, oferecendo condições mais atrativas para investimentos que promovam a transição para uma economia resiliente, de baixo carbono e/ou com inclusão social; e (iii) o lançamento do Programa BNDES de Incentivo à Redução de Emissões de CO₂ no Setor de Combustíveis (BNDES RenovaBio), em janeiro de 2021, no conceito ASG *linked-loan*, que concede redução na taxa de juros para as empresas que apresentarem, ao longo do período de pagamento do empréstimo, melhoria do fator de emissão de créditos de descarbonização (CBio), incentivando, portanto, a melhoria da eficiência energético-ambiental e da certificação da produção.

Outra entrega importante foi a elaboração de uma série de três documentos internos com o mapeamento inicial de estruturas de captação de recursos privados para alavancar o BNDES em projetos socioambientais, via trabalho colaborativo com empregados de diversas áreas do Banco. Esse mapeamento, que tem continuidade em 2021 no âmbito do P3, resultou inicialmente nos programas de *matchfunding* lançados em 2019 e 2020: Patrimônio Cultural e Salvando Vidas, respectivamente. Este último, destinado ao enfrentamento da pandemia de Covid-19, arrecadou mais de R\$ 100 milhões, o que possibilitou a compra de insumos, equipamentos de proteção individual (EPI) para profissionais de saúde e apa-

relhos diversos para o enfrentamento da emergência sanitária, com destaque para equipamentos para fornecimento de oxigênio aos hospitais, incluindo usinas de geração de oxigênio. Além disso, em 2020, o BNDES estruturou o seu Sustainability Finance Framework,⁶ um passo relevante para o desenvolvimento do mercado de crédito sustentável, que reforça a importância atribuída ao tema ASG pelo BNDES e que contou com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por meio de cooperação técnica.

OBJETIVO 2: GESTÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS

1. Fortalecimento da gestão de riscos socioambientais na análise e acompanhamento das operações, considerando o alinhamento a referências internacionais para atuação de instituições financeiras

Essa entrega é composta por atividades em quatro áreas de atuação: (i) operações de crédito diretas e indiretas não automáticas; (ii) operações de apoio à exportação; (iii) operações em mercado de capitais; e (iv) operações de crédito indiretas automáticas. Seus resultados serão apresentados a seguir.

Operações diretas e indiretas não automáticas

Para essa entrega, a AGS coordenou a participação das áreas operacionais e da AP.

Conforme programado para o período, foram desenvolvidos a análise e o acompanhamento socioambiental em operações selecionadas, por meio de planos de ação socioambiental, no âmbito do memorando de entendimento com a International Finance Corporation (IFC) – instituição financeira de desenvolvimento do grupo Banco Mundial, voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento –, que é referência em padrões de desempenho socioambiental para o setor financeiro. Para cada operação selecionada foram elaborados documentos internos detalhando o acompanhamento dos planos de ação socioambiental e eventuais recomendações para os ciclos subsequentes, bem como a avaliação de relatórios ou pareceres técnicos encaminhados ao BNDES. Importante ressaltar que os modelos adotados proporcionam insumos relevantes para uma análise de impacto e de custo-benefício acerca do uso desses instrumentos, e que essas informações estão sendo utilizadas na proposição de novos fluxos e procedimentos, de modo a buscar maior efetividade do BNDES de acordo com seus objetivos estratégicos.

⁶ Versões em inglês e português estão disponíveis em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/fontes-de-recursos/Titulos-Externos>.

Destaca-se, como um dos resultados dessa cooperação com a IFC, o desenvolvimento de uma nova metodologia, apreciada pelo Comitê de Crédito e Operações (CCOp) em 2020, para classificação de risco socioambiental ABC de operações de crédito, elaborada com base em melhores práticas e referências internacionais. Também houve a revisão do Questionário de Avaliação Socioambiental aplicado a Projetos (QASP, que subsidia a aplicação da metodologia) e do Questionário de Avaliação Socioambiental aplicado a Empresas (QASE, foco de outra entrega do plano).

A revisão da política socioambiental operacional do BNDES, um dos produtos previstos para essa entrega, sofreu um pequeno atraso e está prevista para o segundo semestre de 2021, no âmbito do P3. Tal revisão irá incorporar novos procedimentos de análise e acompanhamento socioambiental, mais alinhados às melhores práticas internacionais, conforme *framework* conceitual já aprovado pelo Comitê de Sustentabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Territorial (CSS) e pela Diretoria do BNDES.

Apoio à exportação

Coordenada pela equipe do Banco que trata do tema exportação, com a participação da AGS e da AP, essa entrega foi composta por três ações: (i) alinhamento interno; (ii) capacitação; e (iii) avaliação quanto à necessidade de revisão das atividades, dos processos e dos normativos internos do produto BNDES Exim Pós-embarque. Essa entrega foi impactada pela redução significativa das operações de apoio à exportação pelo BNDES.

Quanto à ação de alinhamento interno no tema socioambiental, além do acompanhamento pela equipe das reuniões do comitê técnico temático do Banco – o CSS –, cabe destacar a participação ativa do BNDES nos grupos de trabalho liderados pela Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (Secint/ME), com vistas à reforma do sistema de apoio oficial à exportação da União. A revisão do sistema modificará, principalmente, as políticas de seguro e de financiamento das exportações de bens e de serviços, conforme estabelecido pela Resolução Camex 12/2020.

Quanto à ação de capacitação no tema socioambiental, uma equipe do Banco participou, em conjunto com outros órgãos e ministérios brasileiros, de diversas reuniões e grupos de trabalho internacionais sobre exportação.⁷

Além disso, o BNDES prestou apoio à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia (ME) no mapeamento da legislação

⁷ São exemplos: o Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos à Exportação (International Working Group – IWG), que tem o objetivo de negociar novas diretrizes globais para os financiamentos públicos às exportações; as reuniões da OCDE relativas ao Acordo sobre Créditos e Garantias à Exportação (*Arrangement*); as reuniões do grupo de países aderentes à Convenção e às Recomendações sobre Corrupção e Créditos à Exportação; e do grupo de agências de crédito à exportação (*Practitioners*), que discute políticas, práticas e experiências relativas ao tratamento das questões socioambientais.

correlata e de eventuais gargalos, em caso de adoção do instrumento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), referentes às questões socioambientais (*common approaches*), por ocasião da possibilidade de entrada do Brasil na instituição.⁸

Quanto à avaliação da necessidade de revisão das atividades, dos processos e dos normativos internos do produto BNDES Exim Pós-embarque, conforme exposto, o sistema público de apoio às exportações está sob revisão por determinação da Resolução Camex 12/2020. No entanto, deve-se observar que, bem antes dessa determinação, o apoio do BNDES às exportações de serviços estava paralisado. Embora a linha de financiamento não tenha sido suspensa, muitas operações não tiveram seus prazos de utilização do crédito prorrogados ou foram canceladas antes dos primeiros desembolsos. Ademais, desde 2015 não foram protocoladas novas operações, e as operações realizadas no âmbito desse produto têm sido objeto de uma série de auditorias e questionamentos por parte dos órgãos de controle. Pelas razões expostas, não foi possível avaliar a necessidade de revisão das atividades e processos socioambientais relacionados ao financiamento de exportações.

Atuação em mercado de capitais

Essa entrega foi realizada sob coordenação da AMC, com participação da AGS e da AP.

Os principais avanços quanto à atuação do BNDES em mercado de capitais foram a elaboração e o lançamento da Política Socioambiental de Atuação em Mercado de Capitais, em julho de 2018; o lançamento de Questionário Socioambiental dos Investidores Institucionais em Mercado de Capitais,⁹ em janeiro de 2019; e o desenvolvimento do modelo de pilares socioambientais, ferramenta criada para orientar a análise das empresas da carteira da BNDES Participações S/A (BNDESPAR).¹⁰

No âmbito desse processo de implementação, o questionário socioambiental se mostrou um importante instrumento para avaliação das políticas, práticas e gestão socioambientais para as empresas da carteira da BNDESPAR.¹¹ A partir do conteúdo dos questionários socioambientais,

⁸ A equipe ainda realizou a capacitação *on-line* oferecida pela ONU chamada “Introduction to Sustainable Finance”.

⁹ Esse trabalho foi um esforço conjunto entre o BNDES e os fundos de pensão: Previ, Petros, Valia e Real Grandeza. Essas instituições geriam, em 2019, um patrimônio de cerca de R\$ 410 bilhões.

¹⁰ É importante contextualizar que, como não foram realizados novos investimentos diretos em renda variável desde o ano de 2015, na prática, apenas o disposto na política referente ao acompanhamento socioambiental pôde ser aplicado até o momento.

¹¹ Das 72 companhias potencialmente respondentes, 57 (79%) enviaram suas respostas.

desenvolveu-se um modelo de pilares socioambientais,¹² instrumento a partir do qual é possível definir alguns critérios de indicadores para análise e monitoramento, a fim de estabelecer um ponto de partida para a construção de planos de ação, de forma a destacar e endereçar eventuais pontos de atenção e de oportunidades.

A equipe do BNDES realizou a análise das empresas da carteira da BNDESPAR com a metodologia dos pilares socioambientais, que apresentou, entre outras, uma métrica de análise intersectorial a partir da devolutiva do questionário aplicado em 2019. Foi realizada ainda uma apresentação para os executivos da AMC sobre a análise,¹³ além de análises socioambientais para fins de acompanhamento, conforme estabelecido na Política Socioambiental de Atuação em Mercado de Capitais.

Por fim, no ano de 2020, o questionário socioambiental foi enviado contendo as mesmas perguntas do de 2019, e ocorreu também o ciclo de análise do questionário a partir da mesma metodologia.

Permanece o desafio de realizar a revisão do conteúdo do questionário,¹⁴ bem como a consolidação desses conceitos, fluxos e metodologias para a implementação integral da política socioambiental por meio das seguintes ações, que compõem as entregas do Projeto Corporativo BNDES ASG: a redação de manual com os fluxos e procedimentos da política; e a disseminação do conhecimento para os departamentos operacionais da AMC.

Outro importante desafio que persiste, como previsto na Política Socioambiental de Atuação em Mercado de Capitais, é o estabelecimento de normativo específico para a gestão socioambiental de operações envolvendo debêntures simples, de mercado e de infraestrutura, não associadas a operações de crédito ou subscrição de valores mobiliários de renda variável. Tais operações foram realocadas da AMC para as áreas operacionais do BNDES.

Operações indiretas automáticas

Realizadas por meio da coordenação das áreas de Gestão de Riscos (AGR) e de Operações Indiretas e Canais Digitais (ADIG), com a participação da AGS.

¹² Os pilares socioambientais representam um agrupamento das 32 questões (desdobradas em 35 quesitos) do questionário em cinco blocos de temáticas socioambientais. As respostas positivas ou negativas para cada um dos quesitos apontam para temas de maior ou menor desenvolvimento nas empresas, a partir dos quais se sinalizam certos destaques socioambientais pelos analistas em uma avaliação interpretativa e baseada nas pontuações dos pilares, que são: (i) transparência; (ii) governança e gestão; (iii) gestão de riscos; (iv) *compliance*; e (v) ambiental.

¹³ Nessa análise, destacaram-se empresas e/ou setores com pelo menos um pilar de no máximo 50% de respostas positivas. Como resultado da reunião, considerando o nível de participação atual da BNDESPAR em cada empresa, decidiu-se focalizar em duas empresas. Foram realizadas reuniões específicas com os executivos responsáveis no Banco por cada uma dessas empresas para proceder a caracterização, detalhamento socioambiental e estabelecimento de destaques socioambientais com potencial de serem incorporados por elas.

¹⁴ No âmbito do Projeto Corporativo BNDES ASG, foi realizada a revisão do conteúdo do questionário, à luz da consulta pública sobre a Instrução CVM 480/2009, para o ano de 2021.

Os dois principais avanços socioambientais nas operações indiretas automáticas do BNDES centralizaram-se no desenvolvimento e aplicação de questionário socioambiental para agentes financeiros e na definição de rotina para sua aplicação.

A parametrização para classificação dos agentes conforme sua maturidade socioambiental e o mapeamento de riscos das operações indiretas permanecem como desafios e estão previstos como entregas no âmbito do P3.

2. Fortalecimento da gestão de riscos socioambientais na avaliação de clientes

As entregas para fortalecimento da gestão de riscos socioambientais na avaliação de clientes foram realizadas por meio da coordenação conjunta entre a AGS e a AP, com a participação de outras áreas, como a AGR e as operacionais. A principal entrega foi o aprimoramento de um instrumento chamado Questionário de Avaliação Socioambiental de Empresas (QASE), que foi aprovado no CSS e apresentado no CCOP e está disponível no Portal do Cliente para preenchimento quando da solicitação de financiamento.

O QASE é formado por 15 perguntas, agrupadas em seis seções: (i) políticas e programas de gestão; (ii) capacidade organizacional; (iii) preparo e resposta a emergência; (iv) comunicação externa e engajamento com partes interessadas; (v) mecanismos de reclamação; e (vi) notificações, advertências, multas e termos de ajustamento de conduta (TAC).

O estabelecimento de metodologia para a avaliação socioambiental de clientes permanece como desafio e está contemplado nas entregas do P3.

3. Fortalecimento da gestão de riscos socioambientais na avaliação de garantias

A AGR coordenou a realização dessa ação, que contou com a participação da AGS e teve como principal entrega a redação de manual sobre a atuação do BNDES na gestão de riscos socioambientais das garantias.

4. Estruturação da gestão de riscos socioambientais da carteira do BNDES

A AGR coordenou essa entrega com a participação das Áreas de Integridade e Compliance (AIC), da AGS e da AP.

A principal iniciativa realizada foi a análise de um cenário específico de risco operacional considerado relevante para a carteira de operações do BNDES: a responsabilidade solidária por danos ambientais. Para isso, foi estabelecido um grupo de trabalho que reuniu especialistas de diversas

áreas do Banco e elaborou, em 2019, um protocolo de resposta institucional a esse tipo de cenário, bem como identificou aprimoramentos a serem realizados nos procedimentos relacionados à gestão socioambiental de operações. Em 2020, esse grupo voltou a se reunir para a atualização desse protocolo de resposta e identificação de novos aprimoramentos.

Permanece como desafio a atualização das metodologias de classificação de risco de crédito das operações no que tange à incorporação de aspectos ASG e ao desenvolvimento de critérios para classificação e monitoramento do risco socioambiental da carteira de operações, entregas previstas no âmbito do P3.

5. Avaliação prévia de impactos socioambientais de produtos financeiros

Prevista para ser realizada pela AP, a entrega que tratou da avaliação prévia de impactos socioambientais de produtos não foi finalizada no período entre 2018 e 2020, referente ao presente Plano da PRSA, embora, ao longo de 2020, as atividades de criação de novos produtos tenham incluído consulta à AGS para definição dos procedimentos de classificação de risco socioambiental a serem aplicados às operações desses novos produtos.

A formalização de procedimentos para a avaliação de riscos socioambientais na criação e revisão de produtos é uma entrega prevista no âmbito do P3.

6. Preparação para integração da dimensão climática na análise de operações e na gestão de riscos da carteira

Essa entrega foi coordenada pela AGS, com a participação da AGR, AP e das áreas operacionais.

Com relação à análise de operações, após convite do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do ME, o BNDES participou da iniciativa Ipacc II,¹⁵ com coordenação técnica da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), em que foi desenvolvida metodologia para avaliação de riscos climáticos em projetos de infraestrutura. O Ipacc II envolveu ainda *benchmarking* com instituições financeiras de desenvolvimento internacionais sobre o assunto; dois cursos de capacitação no tema para funcionários do BNDES e do ME e do MMA; e a realização de seminário, em

¹⁵ A iniciativa Investimento Público e Adaptação à Mudança Climática na América Latina (Ipacc II) buscou contribuir para a redução de perdas econômicas, sociais e ecológicas relacionadas a eventos climáticos extremos e orientar os atores políticos e técnicos dos ministérios da área econômica de países como Brasil, Peru e Colômbia para a consideração dos riscos climáticos associados à mudança do clima e das opções de adaptação no planejamento e tomada de decisões para investimentos públicos. Procurou também promover o desenvolvimento de metodologias para inserção desse risco no processo de concessão de fundos para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura.

novembro de 2019, no auditório do BNDES, com a participação de representantes dos ministérios já citados, para divulgação dos resultados ao público externo. Nesse contexto, permanece ainda como desafio o estabelecimento de procedimentos e ferramentas de informações climáticas que viabilizem a implementação da metodologia desenvolvida nos fluxos de análise de operações de crédito e de estruturação de projetos.

Já as atividades relacionadas à gestão de riscos da carteira e seu alinhamento às metas do Acordo de Paris estão sendo realizadas no âmbito do memorando de entendimento com o Prosperity Fund,¹⁶ formalizado em março de 2019, e têm sua conclusão prevista para 2021. Até o momento, foram realizadas reuniões entre a consultoria contratada para dar suporte técnico à execução das atividades e as equipes operacionais do BNDES, bem como um mapeamento inicial das emissões associadas à carteira de crédito do Banco.

7. Desenvolvimento e implementação de instrumentos para análise e acompanhamento de setores e temas críticos

Essa entrega foi coordenada pela AGS com participação das áreas operacionais, jurídicas I e II (AJ1 e AJ2) e da AP.

O principal avanço observado foi a criação da Política Operacional de Gênero do Sistema BNDES aplicada a Programas e Projetos Financiados com Recursos do GCF. Essa é a primeira política aplicada às operações financiadas pelo Banco que trata da integração da temática equidade de gênero e foi realizada a partir do alinhamento de políticas, estratégias e abordagens entre as duas instituições financeiras sobre o tema. O documento resultou de um amplo engajamento entre as áreas do Banco e estabelece as funções e responsabilidades do BNDES para a manutenção dos compromissos ali estabelecidos. A elaboração de procedimentos e instrumentos para sua aplicação será objeto de trabalho do próximo ciclo de ações socioambientais no Banco.

Permanece como desafio ainda a revisão de algumas políticas setoriais, como dos setores de açúcar e álcool e pecuária.

Sobre a revisão dos critérios ambientais para apoio ao setor de açúcar e álcool, destaca-se que os trabalhos foram iniciados a partir de duas interações entre a AGS e a Área Industrial (AI), que é a área operacional do BNDES com maior volume de operações relacionadas ao setor. No entan-

¹⁶ O Prosperity Fund é o fundo de cooperação do governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, cujo objetivo é reduzir a pobreza em países em desenvolvimento por meio de assistência técnica, capacitação e fomento à pesquisa em diversos temas. Esse fundo busca fomentar o crescimento econômico inclusivo e apoiar os ODS da ONU, de modo a contribuir para a redução da pobreza em países em desenvolvimento e para a geração de oportunidades de negócio internacional, inclusive para empresas britânicas, por meio do fornecimento de assistência técnica, capacitação e fomento à pesquisa em temas relacionados à infraestrutura, energia, meio ambiente, mercado de capitais, comércio, educação, saúde, inovação, ambiente de negócios e cidades do futuro.

to, foi identificada a existência de uma ação civil pública (ACP) no estado do Amazonas que suspendeu os efeitos do Decreto 10.084/2019, marco legal que originou a revisão do normativo interno e que estabelece o regramento necessário para definir as áreas para plantio de cana de açúcar no país. Por conta dessa ACP, os trabalhos relacionados a este item foram suspensos até que se tenha maior clareza do arcabouço legal em torno do assunto.

Com relação à política do setor de pecuária, foi realizada intensa articulação com partes interessadas¹⁷ durante o período do Plano PRSA 2018-2020, com destaque para o Ministério Público Federal (MPF). Essa interação teve como objetivo construir o alinhamento entre os critérios aplicados pelo BNDES ao setor e as exigências estabelecidas nos TACs firmados pelo MPF com os frigoríficos que atuam no bioma Amazônia. Também buscou-se, com ela, a troca de informações e conhecimentos que possam subsidiar o desenvolvimento ou aprimoramento de iniciativas viáveis voltadas à indução de boas práticas e ao melhoramento contínuo do monitoramento e controle socioambiental das atividades ligadas à cadeia produtiva da pecuária bovina, especialmente as relacionadas ao abate e/ou fabricação de produtos de carne.

OBJETIVO 3: BNDES TRANSPARENTE E PARTICIPATIVO

1. Fortalecimento da comunicação externa sobre a atuação socioambiental do Banco (relato integrado e demais instrumentos de comunicação)

Essa ação foi coordenada pela AIC, AGS e unidade responsável pela comunicação, no Gabinete da Presidência, e diz respeito ao desenvolvimento de proposta de estratégia para fortalecer as ações de comunicação externa sobre a atuação socioambiental do BNDES.

As principais entregas alcançadas no período desse plano da PRSA foram a campanha de divulgação da consulta pública da PRSA e da publicação da nova PRSA no site do Banco, o lançamento do Portal ODS e a realização, já em 2020, durante as restrições de deslocamento impostas pela pandemia, da Semana Verde do BNDES e da série BNDES Verde, disponível no canal do BNDES no YouTube. Ressalta-se que essas duas últimas iniciativas não estavam previstas originalmente no plano da PRSA para o período e superaram os compromissos originalmente pactuados.

Com relação ao planejamento e à execução de ações de comunicação externa para divulgação do Plano 2018-2020 e do Balço de Implementa-

¹⁷ Entidades representativas do setor, como a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) e o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), além da participação em eventos e seminários com o Ibama e com o Ministério do Meio Ambiente.

ção do Plano PRSA 2015-2017, coube à unidade responsável pela comunicação desde a diagramação das publicações para divulgação externa até a divulgação em meio físico, com exemplares disponibilizados em bancadas localizadas no térreo da sede do BNDES, e em meio eletrônico, por meio das matérias “BNDES lança novo plano para implementação de sua política de responsabilidade social e ambiental” e “Atuação socioambiental no setor financeiro”. Destaca-se ainda a veiculação de campanha externa de divulgação da consulta pública da PRSA (via site, redes sociais e *mailing list*), além da publicação, na Agência BNDES de Notícias, da matéria “BNDES lança consulta pública para revisão da Política de Responsabilidade Socioambiental”. Por fim, foi publicada no mesmo canal a matéria “BNDES avança na incorporação da análise de risco climático em decisões sobre financiamento”, com ativação nas redes sociais.

Nesse período, realizou-se ainda a definição de como incorporar os ODS no relatório anual e da forma de divulgação externa, no Portal ODS, da contribuição dos projetos apoiados pelo BNDES para o atingimento de cada objetivo.

Ações de comunicação externa sobre a atuação do BNDES em sustentabilidade estão previstas no âmbito do P3.

2. Preparação para divulgação de informações financeiras relacionadas à mudança do clima

Sob coordenação da AIC, AGR e AGS, e com participação da AP, essa entrega apresentou avanços externos, com a participação em iniciativas que discutem o tema, como o grupo de Gestão de Risco Ambiental, Social e de Governança e Transparência do LAB, promovido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), pela Climate Action in Financial Institutions e pela Unep-FI.

Entre as ações realizadas, destacam-se o mapeamento e consolidação de informações sobre práticas e metodologias de divulgação de informações climáticas em desenvolvimento ou implementadas no setor financeiro; e a análise das tendências relacionadas à Task Force on Climate-related Financial Disclosures¹⁸ (TCFD) e à atuação do Network for Greening the Financial System¹⁹ (NGFS), abarcando os avanços esperados na supervisão de riscos climáticos por reguladores, incluindo o Banco Central do Brasil (BCB). Identificou-se ainda a necessidade de capacitação do corpo funcional no tema para produção das informações a serem divulgadas.

¹⁸ A TCFD consiste em grupo de trabalho que se encarrega de fomentar que as empresas informem seus investidores sobre os riscos relacionados à mudança climática e o modo como estes são gerenciados.

¹⁹ A NGFS é uma rede de 83 bancos centrais e supervisores financeiros que visa acelerar a ampliação das finanças verdes e desenvolver recomendações para o papel dos bancos centrais nas mudanças climáticas.

No âmbito do P3, está prevista entrega relacionada à mensuração da pegada de carbono do BNDES.

3. Fortalecimento da comunicação interna sobre a atuação socioambiental do Banco

Essa ação foi coordenada pela AGS em conjunto com a unidade responsável pela comunicação, no Gabinete da Presidência.

As duas principais entregas dessa ação foram a divulgação do Plano PRSA 2018-2020 e do Balanço do Plano PRSA 2015-2017 e o fortalecimento de ações de comunicação interna sobre a atuação socioambiental do BNDES.

Com relação à primeira entrega, houve a publicação da matéria “Estratégia Socioambiental do BNDES: Plano 2018-2020 prevê avanços”, no veículo interno de notícias Em Dia Online, além da realização de uma campanha de divulgação com temas relacionados ao Plano PRSA 2018-2020, com três vídeos apresentados nos elevadores com diferentes executivos.

Quanto ao fortalecimento de ações de comunicação interna sobre a atuação socioambiental do BNDES, em abril de 2019 foi apresentado ao CSS o planejamento de comunicação interna do BNDES em sustentabilidade. Durante o período desse plano, foi realizada uma série de publicações nos canais de comunicação interna Em Dia Online²⁰ e Equipe Digital²¹ a fim de manter o tema da sustentabilidade em evidência entre esse público.

Ações de comunicação institucional e conscientização interna sobre a atuação socioambiental do BNDES estão previstas no âmbito do P3.

4. Estruturação e implementação de agenda de interlocução externa, inclusive com o governo, agentes financeiros e demais partes interessadas

Essa ação passou por uma série de diferentes equipes no BNDES devido às sucessivas reestruturações organizacionais.

Desse modo, permanece o desafio da estruturação e implementação de agenda externa com o governo, agentes financeiros e demais partes interessadas. No entanto, entre os avanços que superaram o que foi planeja-

²⁰ Foram publicadas internamente no Em Dia Online quatro matérias, com os seguintes títulos: “Iniciativas sustentáveis do Banco são apresentadas em fórum global”; “Banco inclui mais três ODS na seção de transparência do site dedicada ao tema”; “Estratégia Socioambiental do BNDES: Plano 2018-2020 prevê avanços”, mencionada anteriormente; e “BNDES é credenciado pelo Green Climate Fund para financiar ações contra efeitos das mudanças climáticas”.

²¹ Na Equipe Digital, houve a publicação da matéria “Banco cria metodologia para avaliar risco climático em infraestrutura e lança Portal ODS para comunicar suas contribuições para o desenvolvimento sustentável”.

do originalmente para o período 2018-2020, destacam-se a assinatura dos Princípios de Financiamento Responsável das Instituições de Finanças de Desenvolvimento dos Brics e a criação de dois departamentos – um dedicado ao fomento da agenda ASG junto ao setor corporativo e outro direcionado à relação com investidores. Este último tem exercido papel importante de escuta e relacionamento, tanto com investidores externos quanto com organismos internacionais e agências de *rating* socioambiental.

5. Revisão da PRSA do BNDES com engajamento de partes interessadas externas

Essa ação foi coordenada pela AGS e pela unidade responsável pela comunicação e consistiu na revisão da PRSA do Sistema BNDES com consulta pública aberta a todos no site do Banco.

O engajamento com partes interessadas foi realizado na forma de uma consulta pública utilizando um formulário *on-line*, que esteve disponível no site do BNDES entre junho e julho de 2019. A iniciativa foi acompanhada por uma campanha de divulgação para a sociedade, incluindo o público interno do Banco. Foram 463 acessos à consulta, dos quais 146 completaram o registro, propondo 218 novas redações para os artigos e diretrizes da política do Banco. O plano de divulgação permitiu alcançar um conjunto diverso de públicos, incluindo representantes da sociedade civil organizada, das instituições financeiras, das empresas e associações empresariais, das universidades e estudantes, do poder público e da imprensa. Foi observada boa distribuição das participações por estados da Federação, sinalizando que, em diferentes intensidades, a mensagem da consulta pública sobre a PRSA do BNDES alcançou abrangência nacional. Os três locais com maior engajamento foram o Rio de Janeiro (com sessenta participações), seguido de São Paulo (com 29) e do Distrito Federal (com 17). Não houve participação de seis estados (AC, AP, AL, SE, MA e PE). A consulta pública contou ainda com duas participações internacionais de organizações não governamentais localizadas no Peru e nos Estados Unidos.

As contribuições foram analisadas segundo uma metodologia de cinco etapas, e as incorporações foram realizadas por meio de três critérios: (i) alinhamento à Resolução CMN 4.327/2014; (ii) alinhamento com o setor financeiro; e (iii) manutenção da objetividade e melhoria de redação. A proposta foi submetida ao rito interno de aprovação em diversas instâncias, inclusive no Conselho de Administração.

Como resultado, destacam-se como principais alterações, que se somam aos compromissos socioambientais corporativos já estabelecidos: a definição clara das partes interessadas do Banco; a integração dos temas ODS e mudanças climáticas; o alinhamento da atuação do BNDES à transição para uma economia de baixo carbono; a descrição dos elementos de governança do Banco para o tema; e, finalmente, o compromisso

com o engajamento de partes interessadas nas futuras revisões de PRSA do Sistema BNDES.

Revisão do sistema de gestão socioambiental do BNDES, incluindo funções e responsabilidades

O eixo de governança foi coordenado pela AGS e suas principais entregas foram: a revisão dos normativos internos para atualização dos membros do CSS e do diretor responsável pela PRSA junto ao BCB; o monitoramento periódico e reporte ao CSS da execução das ações do plano da PRSA; a implantação da rotina de envio de um comunicado com o extrato das reuniões do CSS ao Comitê Gerencial, ao qual é subordinado; e a migração da ferramenta de gestão do plano da PRSA para um sistema *on-line*.

Destaca-se ainda a realização de uma avaliação conjunta do Sistema de Gestão Social e Ambiental (SGSA) do BNDES no âmbito do plano de trabalho vinculado ao memorando de entendimento entre o Banco e a IFC, que servirá de base para o registro dos elementos atuais do SGSA do BNDES e para sua comunicação, de forma acessível, às diversas partes interessadas (entrega prevista no Projeto Corporativo BNDES ASG), bem como para orientar melhorias futuras no sistema – desafio que permanece para o próximo ciclo de ações da PRSA.

Adicionalmente, no escopo da cooperação técnica do BNDES com o Prosperity Fund, foi realizado um *benchmarking* sobre sustentabilidade (abarcando práticas, gestão e estrutura organizacional ASG) envolvendo 16 instituições financeiras nacionais e internacionais. O resultado foi utilizado como insumo para a entrega relacionada ao aperfeiçoamento da governança ASG no BNDES, no âmbito do P3.

CONCLUSÃO

O presente relatório teve como propósito sintetizar a evolução da implementação do Plano Plurianual de Implementação e Monitoramento da PRSA do BNDES, desde sua aprovação em maio de 2018 até o final de 2020. Ao longo deste documento, foram destacados os principais avanços e os próximos passos de cada um dos três objetivos estruturantes, além das dificuldades e desafios enfrentados na execução das ações do plano.

Ressalta-se o papel fundamental do CSS na gestão da PRSA para o avanço da agenda de sustentabilidade na instituição. O comitê assegura espaço para discussões importantes no tema, catalisando o alinhamento entre as áreas e viabilizando a integração da dimensão socioambiental nos processos do BNDES.

Foram obtidos progressos significativos em cada um dos objetivos do Plano PRSA 2018-2020, conforme relatado neste documento, apesar da complexidade das discussões, dos impactos decorrentes das mudanças organizacionais e do contexto de pandemia. Entre os diversos avanços, é possível mencionar como destaques os elencados a seguir:

1. A alteração do macroprocesso de gestão e estratégia para incluir referência aos ODS na fase de aprendizado estratégico do processo anual de revisão do planejamento estratégico.
2. A publicação, na página eletrônica do BNDES, do Portal ODS, informando a contribuição das operações financiadas pelo Banco para o atingimento dos 17 ODS em valores e em indicadores de desempenho. Tal publicação resulta de avanços na gestão do desempenho e da efetividade do Banco e representa uma grande conquista relacionada à transparência ativa do BNDES na agenda de sustentabilidade.
3. A realização, no primeiro semestre de 2020, de ciclo de entrevistas com a alta administração do Banco para coletar diretrizes e orientar a construção da visão de futuro da instituição no tema responsabilidade socioambiental. O ciclo resultou na priorização interna da temática por meio do estabelecimento de um projeto corporativo ASG, congregando o compromisso de diferentes unidades do BNDES em avançar nessas práticas e resultados.
4. O credenciamento do BNDES junto ao GCF, um dos maiores fundos globais de combate à mudança do clima, na modalidade mais ampla de acesso direto, na qual estão habilitadas apenas 24 das 88 instituições credenciadas. Nesse contexto, o BNDES vem articulando parcerias com órgãos de governo e organismos multilaterais para a elaboração de programas que viabilizarão, com recursos subsidiados, investimentos que promovam a transição do país para uma economia de baixo carbono.
5. O mapeamento de estruturas de captação de recursos privados para alavancar o apoio do BNDES a projetos socioambientais por meio de parcerias. Destacam-se como resultados iniciais os programas de *matchfunding* lançados em 2019 e 2020: respectivamente, Patrimônio Cultural e Salvando Vidas, este último destinado ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 e com arrecadação superior a R\$ 100 milhões.
6. O lançamento de novas soluções ASG, destacando-se entre as mais recentes: (i) a emissão de R\$ 1 bilhão em LFV; (ii) a reformulação do produto de aquisição de debêntures simples para inclusão da categoria “sustentável”; e (iii) o lançamento do programa BNDES RenovaBio, no conceito ASG *linked-loan*.
7. A realização de *benchmarking* sobre sustentabilidade com 16 instituições financeiras, no escopo da cooperação técnica do Prosperity Fund.
8. O desenvolvimento, aprovação e implementação de nova metodologia para classificação de risco socioambiental de operações de crédito

(ABC), após revisão das principais referências do setor financeiro em melhores práticas, no âmbito do memorando de entendimento com a IFC, bem como a revisão de instrumentos de avaliação socioambiental de projetos e de empresas.

9. O desenvolvimento do modelo de pilares socioambientais para o acompanhamento socioambiental das empresas investidas, no âmbito da atuação do BNDES em mercado de capitais.
10. A atualização do levantamento de informações sobre diretrizes, práticas, produtos, estrutura organizacional e governança de agentes financeiros credenciados para repasse de recursos do BNDES, por meio da aplicação de questionário socioambiental específico.
11. A redação de manual com a consolidação das práticas relacionadas à avaliação e gestão do risco socioambiental associado às garantias constituídas nas operações de crédito.
12. O desenvolvimento de protocolo de resposta institucional à eventual ocorrência do cenário de responsabilidade solidária por danos ambientais, bem como o mapeamento contínuo e implantação de aprimoramentos para prevenir sua ocorrência.
13. O desenvolvimento de metodologia para avaliação de riscos climáticos em projetos de infraestrutura no âmbito da iniciativa Ipaac II. Tal iniciativa envolveu ainda a realização de *benchmarking* com instituições financeiras de desenvolvimento internacionais sobre o tema, dois cursos de capacitação e um seminário, no auditório do BNDES, para divulgação dos resultados ao público externo.
14. O mapeamento inicial das emissões associadas às operações da carteira de crédito do BNDES, no âmbito da cooperação com o Prosperity Fund (governo britânico), como insumo para a preparação da integração da dimensão climática na gestão de riscos do BNDES.
15. A aprovação da Política Operacional de Gênero do Sistema BNDES aplicada a Programas e Projetos Financiados com Recursos do GCF.
16. O aprimoramento do Relatório Anual do BNDES, com a incorporação da relação entre o desempenho do Banco e os ODS, além de publicações sobre a temática de responsabilidade socioambiental, como o Balanço de implementação do Plano PRSA 2015-2017, o novo Plano PRSA 2018-2020 e a consulta pública para revisão da PRSA.
17. A realização de eventos *on-line* com a participação da alta administração do BNDES, tais como a Semana Verde do BNDES e a série BNDES Verde.
18. A consolidação de informações sobre práticas e metodologias de divulgação de informações financeiras relacionadas à mudança do clima – em desenvolvimento ou implementadas no setor financeiro –, bem como a atuação da associação de reguladores do setor para o tema.

19. A assinatura dos Princípios de Financiamento Responsável das Instituições de Finanças de Desenvolvimento dos Brics.
20. A revisão da PRSA do BNDES com engajamento de partes externas interessadas.

No entanto, permanecem importantes desafios que exigem o contínuo envolvimento da alta administração do BNDES para o aprimoramento da governança, de processos, rotinas, procedimentos e sistemas relacionados à sustentabilidade. Entre os desafios que restam após o Plano PRSA 2018-2020, foram priorizados para o ano de 2021, no âmbito do P3, as entregas elencadas a seguir:

1. Revisão da política socioambiental operacional do BNDES para operações de crédito.
2. Revisão da lista de exclusão do BNDES, identificando os setores e atividades não passíveis de apoio.
3. Aperfeiçoamento do procedimento de avaliação prévia de riscos socioambientais na criação e revisão de produtos financeiros.
4. Elaboração de ferramenta de *scoring* de impacto ASG de operações de crédito.
5. Mensuração da pegada de carbono do BNDES.
6. Mapeamento, registro e comunicação de todos os elementos que compõem o sistema de gestão socioambiental do BNDES, bem como a elaboração de proposta de aperfeiçoamento de sua governança ASG.
7. Desenvolvimento e aplicação de nova metodologia e novos procedimentos para avaliação socioambiental de clientes.
8. Revisão de procedimentos para gestão de risco socioambiental em operações indiretas, abarcando a classificação de agentes financeiros conforme sua maturidade de gestão socioambiental e o mapeamento da sensibilidade socioambiental da carteira de operações indiretas.
9. Atualização das metodologias de classificação de risco de crédito das operações no que tange à incorporação de aspectos ASG e ao desenvolvimento de critérios para classificação e monitoramento do risco socioambiental da carteira do BNDES.
10. Desenvolvimento e implantação de processo de desenvolvimento contínuo de soluções ASG.
11. Atividades de capacitação e treinamento do corpo funcional na temática ASG.
12. Revisão da Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade, com a definição de um plano de trabalho para avançar nesses compromissos; bem como a criação da primeira política operacional para o tema, no escopo do credenciamento junto ao GCF.

13. Atividades de comunicação institucional e conscientização interna, bem como campanha institucional externa sobre a atuação do BNDES na temática ASG.

Pode-se afirmar que, ao final do Plano PRSA 2018-2020, o BNDES encontrou o momento para impulsionar sua agenda socioambiental, com um corpo executivo que compreendeu as mudanças provocadas pelo instante singular de contingência – devido à pandemia de Covid-19 – e apontou para a relevância do tema ASG, tanto para o BNDES quanto para o setor financeiro em geral.

Desse modo, o BNDES, buscando se tornar referência como banco de desenvolvimento na agenda socioambiental, desenvolveu o Projeto Corporativo BNDES ASG (P3), que tem como objetivo final o aperfeiçoamento da implementação das diretrizes estabelecidas em sua PRSA. Assim, o Banco busca atender as crescentes demandas de suas partes interessadas quanto à atuação socioambiental, bem como se alinhar cada vez mais às obrigações estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Editado pelo Departamento de Comunicação do Gabinete da Presidência do BNDES

Janeiro 2022